



VIVENDO NO BAIRRO JOSÉ ALEXANDRE ZACCHIA/PASSO FUNDO/RS: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Paula Terres Carvalho ¹
Nicolas Cortes Granville ²

RESUMO

A urbanização mundial é um fenômeno que modificou o ambiente urbano consideravelmente. Nos países subdesenvolvidos, isso aconteceu de forma desordenada e intensa, criando espaços segregados nas cidades. Em Passo Fundo, município do Rio Grande do Sul, esse fato não é diferente, e o bairro José Alexandre Zacchia, localizado nesse município, chama a atenção pelo caráter periférico socioespacial que o local ainda possui, mesmo após quase 40 anos da sua implantação. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva identificar a percepção dos estudantes do Ensino Médio de uma escola local sobre seu espaço de vivência e sua relação com o resto da cidade, considerando seu progresso, bem como suas fragilidades. Para tanto, além de realizar um levantamento bibliográfico sobre a história do Bairro e um resgate teórico sobre os conceitos que fundamentam, a pesquisa realizou a aplicação de um questionário com estudantes da escola de Ensino Médio que funciona no turno da noite, perguntando sobre a condição de vida atual, considerando questões particulares de cada um. A partir deste estudo, foi possível perceber que a periferação desse espaço se mantém forte, trazendo dificuldades à população residente, negando-lhes o acesso à cidade e à dignidade urbana.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Segregação Socioespacial; Bairro José Alexandre Zacchia.

RESUMEN

La urbanización mundial es un fenómeno que ha modificado considerablemente el entorno urbano. En los países subdesarrollados, ocurrió de forma desordenada e intensa, creando espacios segregados en las ciudades. No es diferente en Passo Fundo, municipio de Rio Grande do Sul, pero el barrio José Alexandre Zacchia llama la atención por el carácter periférico socioespacial que aún tiene el lugar, incluso después de casi 40 años de su implantación. En esta perspectiva, el presente trabajo pretende identificar la percepción de los estudiantes de la enseñanza media del colegio local sobre su espacio de vivencia y su relación con el resto de la ciudad, considerando sus avances y también sus debilidades. Para eso, además de realizar un levantamiento bibliográfico sobre la historia del Barrio y un rescate teórico sobre los conceptos que sustentan la investigación también se llevó a cabo la aplicación de un cuestionario con alumnos de la enseñanza media que funciona en el turno nocturno, indagando sobre la condición de vida actual considerando cuestiones particulares de cada uno. A partir de este estudio fue posible constatar que la periferaçãõ de este espacio sigue siendo fuerte, trayendo dificultades a la población residente, negándole el acceso a la ciudad y la dignidad urbana.

Palabras clave: Espacio urbano; Segregación Socioespacial; Barrio José Alexandre Zacchia.

¹ Mestranda da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, paulacarvalho.geografia@gmail.com;

² Mestrando da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, ng.granville@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A urbanização, como um fenômeno mundial, trouxe significativas transformações no espaço geográfico. Através da mudança da lógica comercial e das relações entre o campo e a cidade, reestruturou-se, também, a organização social definida a partir da acumulação de riquezas; desse modo, o espaço urbano, em sua organização, tornou-se a expressão da desigualdade.

Enquanto os países desenvolvidos industrializados realizaram a urbanização de forma gradativa, organizando a infraestrutura para atender às necessidades do capital financeiro e humano, os subdesenvolvidos de industrialização tardia foram acumulando problemas nos espaços urbanos das cidades. Como resultado disso, teve-se a intensa metropolização, a favelização, a ocupação de áreas insalubres e de risco e a periferação. Essas consequências ocorreram em graus diferentes, de acordo com a hierarquia das cidades.

Nessa perspectiva, Passo Fundo, cidade localizada no Norte do estado do Rio Grande do Sul, produziu certa periferação caracterizada por uma segregação socioespacial. Os projetos habitacionais realizados no município, contemplando a população de baixa renda, incentivaram a expansão do espaço urbano em diversas direções; contudo, com pouca infraestrutura e baixos investimentos públicos que realmente integrassem esses espaços à cidade.

Assim, surgiu o Bairro José Alexandre Zacchia, um dos projetos habitacionais da década de 1980, distante cerca de 8 km do centro da cidade e que realocava famílias que viviam em área de risco, em região denominada “beira-trilho”. Nesse tempo de existência (39 anos), muita coisa mudou no espaço próximo ao bairro, porém o caráter periférico se manteve, associando ao espaço mais que a distância física do centro; uma separação socioeconômica.

Para entender como a população percebe essa realidade atualmente, desenvolveu-se este estudo, buscando coletar dados com os jovens da comunidade, estudantes do Ensino Médio da escola local, através de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, sobre como é a experiência de viver nesse lugar. A partir da produção dessas informações, elaborou-se este texto que apresenta, sequencialmente, um resgate teórico sobre a segregação espacial nas cidades, os resultados do



questionário aplicado aos estudantes, bem como uma análise de como eles percebem a desigualdade urbana produzida e, muitas vezes, ignorada pelos agentes públicos.

METODOLOGIA

A coleta de informações para o desenvolvimento desse artigo centrou-se na pesquisa bibliográfica e na produção de informações empíricas, através da aplicação de questionários. Assim, este estudo preocupa-se com conceitos como urbanização, segregação espacial, direito à cidade, periferização, entre outros, que são resultados de um modelo econômico concentrador e excludente.

Nesse sentido, as bibliografias trazem subsídios para discutir o papel da cidade para suas população, a organização urbana e de que forma as práticas econômicas e sociais se traduzem nas paisagens. Além disso, alguns autores auxiliam na compreensão das respostas recebidas no questionário, para além daquilo que foi dito, afinal, “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 183).

Já a aplicação do questionário com questões abertas e fechadas foi o eixo central da pesquisa, pois permitiu conhecer a realidade, aproximou os sujeitos que ocupam o Bairro José Alexandre Zaachia dos pesquisadores autores deste texto e trouxe, para análise, uma visão de um espaço singular de Passo Fundo/RS, pela voz de quem ali convive. Através dessa metodologia, os estudantes puderam expressar algumas inquietações que vivem e demonstrar que, cada vez mais, a cidade precisa se reinventar para atender às necessidades de seus habitantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ser humano sempre buscou ocupar os espaços mais apropriados para construir suas moradias e desenvolver suas atividades. A escolha dessas áreas passava pela verificação de características naturais como o relevo, os recursos hídricos, a fertilidade do solo e o clima, visto que essas condições poderiam determinar o sucesso ou não de um grupo de indivíduos em determinada região. Esses atributos e preferências de povoamento de determinados locais fizeram com que algumas regiões do mundo tivessem uma densidade demográfica superior em comparação a outros locais.



Com o surgimento das cidades, a partir do desenvolvimento da agricultura e das atividades de comércio, percebe-se um aumento da importância dessas organizações na sociedade. A população dos espaços urbanos tem um aumento significativo, ainda mais após o século XIX, momento no qual é notável uma mudança no perfil econômico social. Toda essa nova organização culminou com disputas pelas terras urbanas que foram valorizadas.

Nesse novo cenário de organização do espaço geográfico, emergia a ocupação selecionada dos municípios. Já se percebia em cidades gregas, romanas e chinesas as divisões definidas por questões sociais, políticas ou econômicas (NEGRI, 2008). Esses fenômenos quanto às ocupações dos espaços urbanos são reforçadas por Corrêa (1995, p. 29), que diz que “é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel”. Sendo assim, ao elitizar os espaços urbanos em apenas alguns grupos específicos, a cidade revela uma violência social estrutural.

Ademais, percebe-se que as ocupações nas cidades eram exercidas de acordo com critérios pré-determinados. Essas divisões, observadas há séculos, promoviam as segregações socioespaciais que tinham como fio norteador os interesses de um grupo específico de pessoas que, por questões econômicas, sociais e políticas, dominaram os meios de produção. Conforme Negri, “através da segregação socioespacial, a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses” (2008, p. 130). Dessa forma, esse controle sugerido pelo autor irá determinar os locais em que cada classe social irá se abrigar.

Nesse contexto, diversos pesquisadores começaram estudos para refletir sobre os fenômenos urbanos e suas reverberações. No que se refere aos estudos latinos, pode-se considerar, como importantes fontes de pesquisa, os trabalhos de Oscar Yujnovsky e Sonia Roitman, como precursores. Roitman, num texto intitulado *Barrios Cerrados y Segregación Social Urbana*, coloca que “la segregación social urbana puede entenderse como la separación espacial de los diferentes grupos sociales en una ciudad o un área geográfica de acuerdo a diferencias étnicas, religiosas, de ingresos, etc”. Outra fonte relevante, Villaça, também afirma que a “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros [...]” (2001, p.142).



A forma como o espaço urbano se organizou na América Latina pode ser dividida em três períodos. Sobre isso, Corrêa (1999) apresenta as ideias do autor Oscar Yujnovsky. Inicialmente, meados do final do século XIX e início do século XX, as classes sociais privilegiadas ocupavam as áreas centrais das cidades, momento marcado por uma divisão física entre as áreas ocupadas por diferentes grupos. Com o advento dos bondes e dos trens, as classes dominantes puderam se afastar mais das áreas centrais, buscando regiões menos violentas e mais calmas, num período próximo à metade do século XX.

No último momento descrito por Yujnovsky, após meados do ano de 1970, as diferentes classes ocupavam os mesmos espaços, contudo, percebeu-se o surgimento dos condomínios fechados, local definido, pelo autor, como “enclaves fortificados”. Esse novo modelo de ocupação, representado pelo surgimento dos condomínios fechados, com instrumentos de segurança e divisão muito marcantes, decorreu de intenções privadas, mas, também, atuou a partir da conivência do poder público, no qual o Estado contribuiu com o aumento das segregações (NEGRI, 2000).

Todas essas relações geradas pelas privatizações dos espaços urbanos, em detrimento dos interesses particulares, deveriam ser foco de políticas do Estado, o qual, a partir dos seus poderes, buscaria a resolução dos problemas sociais urbanos. Nesse sentido, notam-se ações de planejamento urbano que objetivaram melhorar a qualidade de vida das populações urbanas; todavia, essas políticas não conseguiram acabar com as divisões.

Nessa relação *Centro X Periferia*, fica perceptível uma desigualdade quanto à concentração de serviços básicos, tanto do setor público como do setor privado. Conseqüentemente, tornou-se comum os deslocamentos diários dos grupos sociais vulneráveis em virtude da necessidade de uso dos serviços essenciais. Mais uma vez, as populações de baixa renda sofreram com o pouco ou nenhum amparo do poder público. Frente a isso, Villaça (2001, p. 239) considera que o “centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios, [...] surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle [...] do tempo e da energia gastos nos deslocamentos humanos”.

As ações do Estado que, em geral, não consegue atingir os ideais de equidade da ocupação dos espaços urbanos tiveram outras conseqüências para com a produção desses âmbitos. Normalmente, as intervenções públicas são direcionadas às áreas



centrais das cidades, claramente contribuindo com a valorização imobiliária e os proprietários dos meios de produção; intensificando a prevalência da infraestrutura coletiva apenas nas áreas centrais das cidades (PENNA, 2010).

Posto esse cenário de privatização e seleção dos espaços urbanos, as classes mais vulneráveis da população não têm escolha, a não ser ocupar os espaços periféricos com menor infraestrutura pública. Conforme é reforçado a seguir:

os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade [...] a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra, também distantes do centro, e a favela (PEREIRA *apud* CORRÊA, 1995, p. 29-30).

Os grupos sociais são excluídos por diversas questões, como as relacionadas às condições socioeconômicas, étnicas, etc. Essas pessoas encontram nas áreas periféricas uma segurança habitacional; um espaço que podem “adquirir” e viver. Sendo assim, a realidade de milhares de brasileiros se assemelha ao contexto apresentado. Todo esse cenário deveria ser foco dos estudos urbanos para sua resolução, contudo, o poder público não tem interesse ou não consegue executar políticas públicas que reduzam ou eliminem esses fenômenos urbanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos países subdesenvolvidos, a urbanização aconteceu de forma desordenada e intensa, criando espaços segregados nas cidades, e Passo Fundo/RS não foge à regra. De acordo com os dados do Censo, apenas 2,55% (IBGE, 2010) da população passo-fundense é rural, colocando uma pressão muito grande sobre essa área urbana. Por não possuir uma estrutura industrial desenvolvida a ponto de garantir uma solidez na economia, o setor terciário hipertrofiado domina, com sua rotatividade característica, baixa qualificação e sazonalidade.

Enquanto isso, a organização urbana da cidade obedece a uma espécie de macrocefalia, concentrando na região central os serviços e as atividades mais importantes, sempre exigindo que os moradores se desloquem de seus bairros de moradia para essa região para trabalhar, fazer compras, pagar contas, entre outras necessidades. Nesse contexto, a periferia de Passo Fundo se espalha em diversas

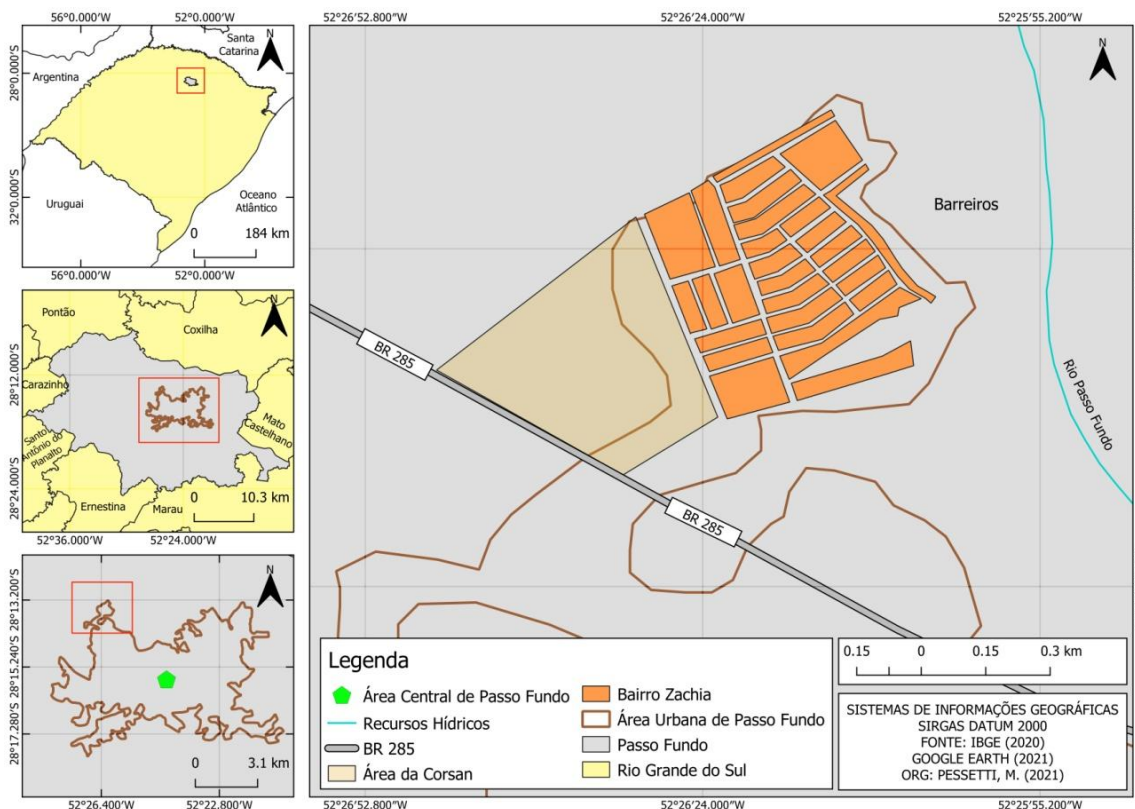


direções, com bairros localizados imediatos ao centro e outros mais distantes e, conseqüentemente, mais marginalizados.

A organização espacial das cidades, em geral, segue um modelo de acesso aos terrenos de acordo com a renda de seus moradores. Os espaços urbanos vão sendo ocupados, conforme as condições de seus cidadãos. Estes são inseridos na sociedade de acordo com seu poder de consumo, poder esse vindo do modelo de inserção no sistema econômico. Nesse sentido, entende-se que as pessoas ingressam nas atividades econômicas de maneira distinta; algumas são proprietárias dos meios de produção, já outras são assalariadas. Essa configuração delimita diferentes possibilidades aos seus moradores (CAVALCANTI, 2002).

No que tange à realidade de renda dos moradores de Passo Fundo/RS, esse processo não difere; conseqüentemente, observa-se a segregação espacial das faixas mais vulneráveis da população, consequência do mercado imobiliário ou de outras políticas públicas. Dentre os bairros mais distantes, está o José Alexandre Zacchia, localizado na região noroeste da área urbana, às margens da BR 285 (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica do Bairro José Alexandre Zacchia.



Fonte: IBGE (2020) e Google Maps.
Org: Pessetti, M. (2021)



Espacialmente, o Bairro está delimitado ao Norte e à Leste por área alagada, denominada pela comunidade como “barreiros”; antiga área de extração de argila às margens no Rio Passo Fundo. Ao Sul, está a BR 285, uma das vias mais importantes do país para escoamento da produção e que possui fluxo alto de caminhões.

Existe apenas uma entrada no Bairro e, logo ao entrar, a via principal faz uma curva à esquerda, delimitando essa região como uma centralidade do lugar. Nesse espaço, estão alguns equipamentos públicos, como escola, posto de saúde, entre outros. Isso determina certa hierarquia, visto que as pessoas que moram mais próximas dessa via têm condições financeiras melhores, pois ali também estão os estabelecimentos comerciais.

No espaço que compreende o Bairro, havia, ainda, uma área pertencente à Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Atualmente, esse espaço, que fica entre a BR 285 e a via principal, foi ocupado por famílias sem moradia que reivindicam a regularização da área para ocupação urbana. Segundo o Censo, a população residente no José Alexandre Zacchia compreende cerca de 3.342 habitantes (IBGE, 2010), porém esse número está defasado, não considerando a ocupação de área assinalada. Estima-se, pela Prefeitura Municipal, que o número de moradores atualmente esteja próximo a 10 mil pessoas.

Analisando os mapas, é possível perceber a distância entre o Bairro e a área central que se materializa nas dificuldades vividas pelos moradores por conta disso. A separação territorial urbana é advinda de uma distribuição das funções produtivas do espaço urbano. Nesse sentido, percebe-se o surgimento das zonas comerciais, das zonas industriais, das zonas residenciais, etc. (CAVALCANTI, 2002). Esses espaços deveriam ser organizados a partir de políticas públicas decorrentes dos planos diretores; contudo, em alguns casos, o poder privado é o fator principal dessa ordenação. Nessas situações, as populações de poder aquisitivo inferior estão sujeitas aos interesses das classes dominantes.

Historicamente, o Bairro surgiu como uma proposta de reassentamento urbano da população originalmente domiciliada em região denominada beira-trilho. Como o nome identifica, elas viviam em área de risco, às margens da estrada de ferro em utilização. Seu processo de urbanização iniciou em 1982, resultado do projeto ProMorar



(Programa de Erradicação da Sub Habitação), realizado pela Companhia de Habitação do estado do Rio Grande do Sul - COHAB/RS (ROMANINI, 2007).

Ainda que estivessem em área de risco, a área de moradia anterior estava mais próxima aos equipamentos urbanos e ao centro da cidade. Ao realocar a população, modificou-se toda a relação que as pessoas tinham com o espaço vivido. Inicialmente, foram 1700 famílias selecionadas a partir do cadastramento feito pelos órgãos públicos. Os núcleos das habitações eram térreos, alguns geminados, em alvenaria (Figura 2), totalizando 620 domicílios construídos (MARCON, 2001). Segundo Romanini,

as unidades habitacionais do Promorar foram assim distribuídas: 234 unidades-embrião do tipo 6a, com área construída de 20,12 m², representando 37,74% do total das unidades: 144 unidades-embrião do tipo 8b, com área construída de 16,19 m², representando 23,22% do total das unidades: 214 unidades-embrião do tipo 10, com área construída de 18,97 m², representando 34,52% do total das unidades: 28 unidades-embrião do tipo 9, com área construída de 12,66 m², representando 4,52% do total das unidades (2007, p. 19).

Figura 2 – Vista parcial do núcleo de alvenaria das habitações do Bairro.



Fonte: autora – 2003.

Com o início da ocupação, começaram os conflitos, uma vez que pessoas que antes não conviviam estavam sendo alocadas no mesmo espaço. Aliado a isso, a questão



da condição social baixa acabou transformando o Zacchia em um espaço que reflete o termo periferia, não apenas no sentido espacial, mas, também, no sentido social.

Por toda sua complexidade, o Bairro é alvo de estudos, desde os paisagísticos e/ou ambientais, como sobre dados socioeconômicos, definindo um perfil dos moradores. Essas pesquisas estavam vinculadas, em grande parte, às instituições de ensino, como parte de projetos de extensão, trabalhos de disciplinas ou finais de pós-graduação.

Dois estudos encontrados³, realizados nos anos de 1999 e 2003, sobre o perfil dos moradores apresentam, resumidamente, uma população com renda de até três salários mínimos, com composição familiar média em torno de cinco pessoas; maioria com casa própria. Em relação ao Bairro, percebe-se que, no período do levantamento, possuía deficiências nos equipamentos urbanos. Tanto a saúde, quanto a educação e a segurança, consideradas serviços vitais para a população, eram ofertadas de forma precária.

Em quase 40 anos de existência, o Bairro evoluiu em algumas questões e manteve-se deficiente em outras. A região continua pouco integrada ao espaço urbano, apesar da expansão da cidade. A escola local já possui atendimento ao Ensino Médio desde 1999-2000, ainda que seja como um anexo do Instituto Estadual Cardeal Arcoverde, que tem sua sede em outro bairro, distante quase 8 km dali. A infraestrutura urbana melhorou consideravelmente; as ruas foram pavimentadas, redes de energia e água atendem os moradores e há linhas de ônibus para servir à população, fazendo a ligação com o centro da cidade.

Esse ciclo de existência do Bairro faz pensar sobre qual a percepção das pessoas que vivem ali acerca da segregação socioespacial evidente. Para os primeiros moradores, o lugar assumiu a perspectiva de conquista habitacional; nos anos 2000, a população estava mais atenta às deficiências que tinham e agradecida pelo que melhorou. Passados cerca de 20 anos, uma nova geração que não vivenciou o início da urbanização do local se faz presente, logo, resta saber o que ela percebe sobre a vida no Bairro.

³ As referências são: MARCON, Telmo; *et al.* Educação e cultura popular desafios da escola de periferia. Espaço Pedagógico – Faculdade de Educação - Passo Fundo UPF Editora - n.2 - v.8 - p. 31-42 dez. 2001 e SOUZA, Eva Joelma Pires de; *et al.* Perfil Socioeconômico e Transformações Espaciais do Bairro José Alexandre Zacchia/ Passo Fundo - RS. **Anais.** X Encontro de Geógrafos da América Latina - Por uma Geografia Latino Americana: do Labirinto da Solidão ao Espaço da Solidariedade, São Paulo: USP, 2005.



Assim, com a finalidade de conhecer o olhar dos jovens estudantes do Ensino Médio do local sobre o espaço habitado, foram aplicados questionários aos educandos. Entre os 146 matriculados, divididos em duas turmas de primeira série, duas turmas de segunda série e uma de terceira série, 52 responderam, sendo 21 no formato on-line, e 31 nas dependências da escola, em dia de aula presencial.

Para a caracterização dos envolvidos, duas variáveis foram questionadas: sua idade e tempo de residência no local. Através dessas duas informações, definiu-se que a maioria dos jovens tem entre 16 e 17 anos (34 entrevistados); dentre os demais, 8 possuem 15 anos; sete deles, 18 anos; dois, 19 anos; e 1 com 23 anos, caracterizando sua juventude.

Em relação ao tempo de moradia, os resultados expressam que os entrevistados são “filhos” do lugar, uma vez que vivem ali desde pequenos. Cerca de 76,9% moram no bairro há mais de 11 anos. Apenas 15,4% se mudaram para o local nos últimos 5 anos, e 5,8% residem ali entre 6 a 10 anos. Um dos entrevistados afirmou não morar mais no bairro, embora ainda estude na escola e conheça bem a realidade do local.

A partir disso, questionou-se a relação com a moradia no Zacchia, perguntando, inicialmente, qual o motivo de morar ali, já que, na cidade, esse lugar tem uma conotação negativa. Frente a isso, cerca de 83% disseram que a família é seu principal motivo, uma vez que moram com eles. Logo, é sabido que o vínculo com a família, normalmente, envolve, além da questão afetiva, a questão financeira. Apenas 7,7% colocaram que vivem no local contra sua vontade. Do restante, 3,8% disseram gostar de viver ali, 1,9% adquiriu casa própria, e 1,9% não respondeu.

Para compreender a relação com o espaço, perguntou-se aos jovens se eles gostam de morar no Bairro. A porcentagem de 63,5% respondeu positivamente, e a convivência com familiares e amigos é um dos principais motivos. Além disso, apontaram o fato de terem vivido ali desde que nasceram. “Há pessoas honestas, o bairro é um lugar bom, acolhedor, pacífico e de fácil acesso” foram outras justificativas. Os que “gostam um pouco” de morar no local e os que “não gostam”, que são 30,8%, relatam que o Bairro é chato, longe de várias coisas e de outros bairros; a violência assusta e teve ainda quem disse que não se encaixa no perfil do lugar.

Questionando sobre a percepção das coisas positivas e negativas, apontaram como positivas a escola (34,6%). Ela é ponto de encontro e uma espécie de lugar seguro, segundo eles, respeitado por todos. Ao constatar que a escola é o local de



preferência dos entrevistados, devemos reiterar seu papel na formação de cidadãos críticos. Os estudantes que adquirem ali a criticidade para interpretar os símbolos apresentados pelas relações sociais urbanas, e somente com essas condições, poderão escrever no “livro chamado cidade” (LEFEBVRE, 1991).

A vizinhança boa, as amizades, o fato de ser um lugar pequeno ficou em segundo lugar, como algo que torna o bairro acolhedor. Logo em seguida, os estabelecimentos comerciais existentes no Bairro foram citados por 19,2% das pessoas, pois atendem às necessidades básicas de todos. Outras coisas foram citadas com menor frequência, como as áreas de lazer – praça e campo de futebol – e a existência de um Posto de Saúde (9,6%), a igreja (7,7%) e tudo (1,9%). Cerca de 7,7% não sabem, 15,3% disseram não haver nada, e 5,7% preferiram não responder.

Sobre os aspectos negativos, os estudantes apontaram questões relacionadas à infraestrutura, sociais e econômicas. A maior queixa é referente à bandidagem, com 21,1%. Na mesma porcentagem está a questão do lixo pelas ruas, denotando algum problema de coleta. A violência, a insegurança e a drogadição foram narrados por cerca de 19,2% deles, mostrando que não são coniventes com isso. A questão do saneamento básico foi colocada por 9,6% da população, as ruas esburacadas chamaram a atenção de 7,7%, e a pobreza e a falta de médicos são preocupações para 3,8% dos jovens.

Embora os entrevistados sejam jovens, vale ressaltar que a maior parte consegue identificar as deficiências do bairro, apontando, especificamente, suas principais necessidades. Entende-se que a falta de equipamentos públicos, infraestrutura e segurança estão ligados com o valor desses moradores para o poder público.

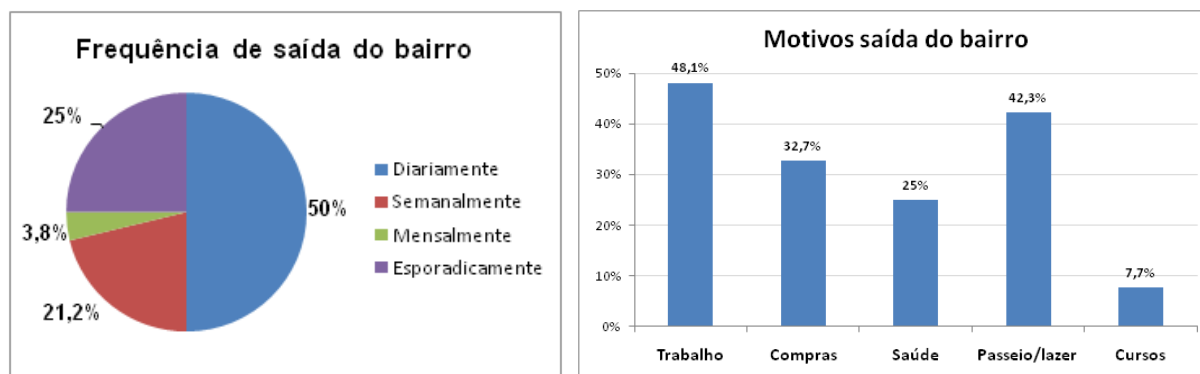
Para morar é preciso ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracional, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infra-estrutura existente nas proximidades da casa/terreno (RODRIGUES, 1989, p. 14).

Neste sentido, as populações mais vulneráveis terão que ocupar as áreas urbanas menos valorizadas; conseqüentemente, por atender às áreas centrais de maneira mais efetiva, o poder público não “consegue” sanar os problemas urbanos da mesma forma em todos os bairros da cidade. Por isso, os espaços periféricos contam com pouco ou nenhum amparo público.



Considerando as necessidades não atendidas, questionou-se os jovens sobre sua frequência e motivo de saída do Bairro (Figuras 3 e 4). A maioria da população precisa sair diariamente, em geral, para trabalhar. Realizar passeios ou buscar algum tipo de lazer também é um motivo bastante comum para sair do lugar (42,3%).

Figuras 3 e 4 – Necessidade de sair do bairro e motivações.



Fonte: Os autores.

Pelas deficiências do comércio, fazer compras motiva 32,7% dos estudantes a irem a outros lugares fora do Zacchia. Buscar atendimento de saúde, principalmente para casos mais graves ou consultas mais específicas, impulsiona 25% das pessoas, enquanto apenas 7,7% saem para fazer cursos. Em menor escala, há pessoas que saem para ir à igreja (3,8%), para ir ao banco (3,8%), para buscar trabalho (3,8%) e por alguma necessidade específica (1,9%).

Os motivos para os deslocamentos diários dos entrevistados são variados. Observa-se que os dois principais são para trabalhar e realizar compras. Conforme Villaça (2001), nessa relação entre periferia e centro, os proprietários dos meios de produção controlam o tempo e a energia das populações de renda mais baixas. Esse contexto aumenta o poder de influência de uma faixa da população sobre outras camadas.

Quando os estudantes foram inquiridos sobre o que gostariam que o Bairro tivesse/oferecesse, muitos apontaram a falta de alguns estabelecimentos comerciais fundamentais, como é o caso de uma farmácia, indicado por 40,4% dos entrevistados. Ademais, citaram a necessidade de uma lotérica ou de um banco (15,4%) e restaurantes (“xizaria”, sushi, pizzaria) com 5,8%. Em relação aos serviços públicos, a questão de



segurança chama a atenção de 11,5% deles, que pedem vigilância noturna ou um policiamento mais efetivo. Nesse quesito, também gostariam de um melhor atendimento no posto de saúde (5,8%), melhoria nas áreas de lazer (9,6%), asfalto (1,9%), escola (1,9%) e auxílio à população carente do bairro (3,8%).

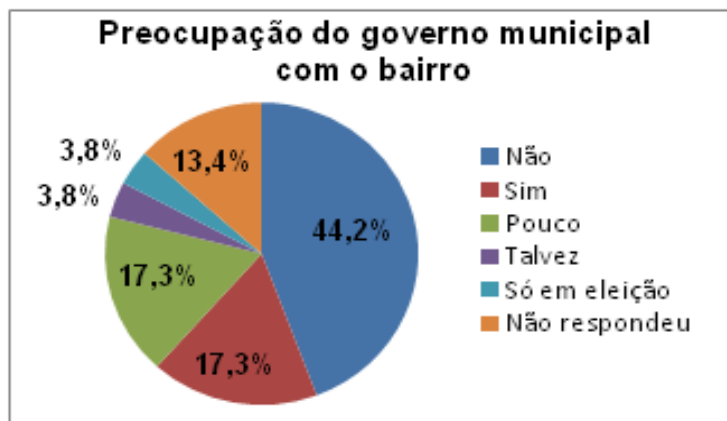
Dessa maneira, nota-se que, novamente, a ineficiência da gestão é apontada. De maneira geral, os investimentos públicos são colocados em financiamentos de acumulação, por exemplo, no programa que deu origem ao Bairro; contudo, não têm por objetivo adequar esses espaços com serviços públicos mínimos, como segurança. Posto esse cenário, o mercado imobiliário distribui a população de acordo com seus interesses, selecionando o acesso aos equipamentos sociais (RIBEIRO, 1997). Logo, alguns estabelecimentos comerciais, por essas deficiências, não se colocam à disposição da população. Um problema de responsabilidade do Estado que leva a inúmeras ramificações.

Enquanto 5,8% acreditam que falta de tudo no Bairro, 3,8% disseram não precisar de nada, e 5,8% não sabem o que gostariam que tivesse. Além disso, há uma proposição que chamou a atenção, quando pedem o fim do preconceito que os moradores de Passo Fundo têm com as pessoas que moram no José Alexandre Zacchia.

O questionário também investigou como os estudantes enxergam a atuação do prefeito/vereadores em relação às demandas do local (Figura 5). Para a maioria (44,2%), não há preocupação ou interesse, já 17,3% acham que existe, embora seja pouco, e 3,8% dizem que muitos políticos só lembram do lugar em época de eleição. Os demais responderam que sim; eles acreditam que o poder público se preocupa (17,3%), 3,8% acha que talvez, e 13,4% optou por não responder.

A percepção dos estudantes quanto ao atendimento dos serviços básicos, bem como à atuação do prefeito e vereadores, demonstra o exercício da cidadania desses moradores, afinal, entende-se que este conceito abrange a consciência de seus direitos enquanto cidadãos. Mais do que reconhecerem seus direitos, os moradores de uma cidade devem ser cidadãos ativos, podendo propor novos direitos (CAVALCANTI, 2002). Assim sendo, a escola exerce um papel determinante nesse processo, visto que é o local onde se organizam os conhecimentos e ocorre a dialética entre o empírico e o teórico.

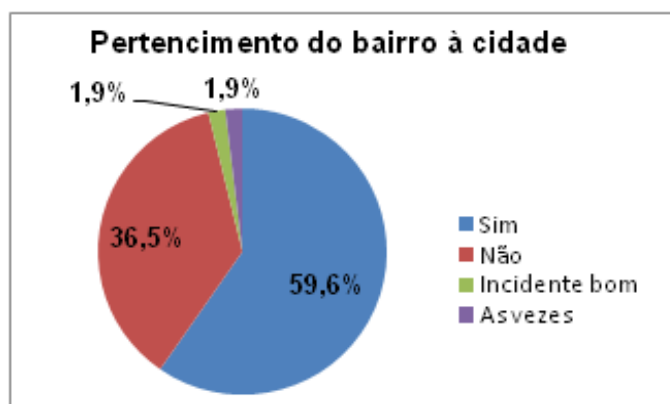
Figuras 5 – Atuação do poder público



Fonte: Os autores.

Ao averiguar se os jovens consideram que o bairro que vivem pertence à cidade (Figura 6), a maioria acredita que sim (59,6%). Porém 36,5% acham que não, 1,9% às vezes, e 1,9% disse que se percebe somente quando algo bom acontece ali.

Figura 6 – Percepção sobre o pertencimento à cidade de Passo Fundo/RS.



Fonte: Os autores.

As justificativas utilizadas sobre o pertencimento à cidade versam sobre a distância física do Bairro em relação ao resto do município (7,7%), ao fato de ser esquecido pelo poder municipal (1,9%), pela má fama, chegando a afirmar que o local é o lado obscuro de Passo Fundo (1,9%), pela violência do lugar (1,9%), menosprezado e tratado com preconceito pelo restante da cidade, seja pelas moradores, pelo poder público e/ou pela imprensa (3,8%). Um dos entrevistados afirmou que “*uma coisa que eles deviam fazer é do bairro Zácchia uma cidade própria com prefeito*”, por ser um local rejeitado pelo resto da cidade, deveria ter mais poder interno.



A relação entre o sentimento de pertencimento de um indivíduo a um espaço passa muito pela interpretação que detém dele, ou seja, desse indivíduo ter a capacidade de decifrar os símbolos da cidade onde mora. Para isso, a escola deve instruir os alunos, possibilitando-os uma interpretação das relações urbanas (LEFEBVRE, 1991).

Além do mais, é possível perceber que pertencer à cidade está relacionado com ter acesso aos benefícios da vida urbana, o que muitos entrevistados já apontaram como uma deficiência da localidade. Logo, ainda que muitos acreditem pertencer ao município, na perspectiva dos limites políticos, já demonstraram que, socioeconomicamente, sentem-se excluídos.

A penúltima questão pedia se achavam que o bairro ficava longe do centro da cidade e para que explicassem de que forma isso afetava suas vidas. Sobre isso, 65,4% responderam que consideram longe, e 7,7%, um pouco longe e justificaram colocando que afeta o deslocamento para o trabalho (13,5%); 13,4% dizem que é longe de tudo, que o transporte público é insuficiente (11,5%) e que a passagem tem um alto custo (5,7%). Além disso, sentem-se prejudicados ao precisar comprar medicamentos (7,7%) ou tratar algum problema sério de saúde (7,7%), sacar dinheiro (1,9%) ou quando precisam sair para resolver algum problema (1,9%). Apenas 7,7% acha que, embora seja longe, isso não afeta suas vidas.

Por fim, os jovens foram questionados sobre a possibilidade de modificarem algo no Zacchia. Grande parte dos estudantes (76,9%) apontou questões que envolvem políticas públicas e uma maior atuação do governo municipal, como o combate à violência, as reformas e as adequações em ruas e equipamentos de prestação de serviços públicos (posto de saúde, escola, áreas de lazer, entrada do bairro, ruas, iluminação e coleta de lixo). Nenhuma exigência além de seu direito de ser atendido em suas necessidades. Houve, ainda, indicação de desejo de mudança da visão externa do bairro (1,9%), fato que ficou evidente que mexe com a dignidade dos moradores. Alguns pontuaram a necessidade de melhorar os estabelecimentos comerciais (7,7%), sugerindo, principalmente, a instalação de uma farmácia.

Destaca-se, aqui, a sugestão de mudar a ocupação (1,9%), denotando certa rejeição ao processo, mesmo em um bairro que surgiu da necessidade de realocar a população que estava em situação irregular. Alguns, extremamente descontentes, julgaram que precisaria mudar tudo (11,5%), muitas coisas (3,8%) e quase tudo (3,8%). A



necessidade de mudar o presidente do Bairro representou 1,9%, enquanto 5,8% não souberam responder, e 3,8% optaram por não sugerir nada.

Conforme os dados produzidos pelos questionários, fica evidente a necessidade da discussão sobre o direito à cidade, bem como de tratar este tema como essencial no ensino dos estudantes. Todavia, a própria conceituação do termo traz algumas dúvidas, uma vez que ele é discutido por diversos autores⁴ que possuem vertentes distintas, dando uma interpretação diferente para o conceito de direito à cidade.

As primeiras discussões sobre o tema foram propostas por Henri Lefebvre, por volta da década de 1970, obras como *A questão urbana* e *Social Justice and the City*” *Le Droit à la ville* e *Du Contrat de citoyenneté* foram importantes para outras discussões. O próprio Lefebvre, em suas obras, não costumava “fechar o conceito”, mas, sim, compreender uma ideia central que, no caso, representava o direito à cidade como uma “luta política” (HOLSTON, 2013, p.438, nota 9). Já para Manuel Castells, o conceito tratava da disputa a partir de movimentos sociais; também é relevante mencionar David Harvey, autor que interpretava o conceito a partir da justiça social (TAVOLARI, p. 98, 2016).

Tanto Castells como Harvey beberam dos escritos de Lefebvre, porém, ambos interpretavam com uma lente diferente. Para além desses, Bonduki tem uma definição bastante interessante sobre o termo; este trata de “demandas concretas, em favor da implementação de equipamentos coletivos públicos” (TAVOLARI, p. 101, 2016).

Considerando essa breve conceituação, pode-se compreender que o conceito de direito à cidade é um conjunto de pequenas demandas, estas que buscam, de fato, delegar a seus moradores o direito de ser cidadão, ou seja, a cidadania. Sendo assim, observa-se as demandas apresentadas pelos entrevistados, os quais demonstram diferentes reivindicações; tais percepções representam que muito ainda deve ser feito, contudo, o fato de eles perceberem essas deficiências demonstra sua cidadania.

Nesse sentido, infere-se que produzir informações a partir da vida das pessoas é um processo muito rico e importante. A visão da geração entrevistada, anos 2000, apresenta muitos indícios de como ocorre a relação do lugar com o resto da cidade.

⁴ Autores que discutem o termo: Henri Lefebvre, David Hervey, Manuel Castells, Nabil Bonduki, etc.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização resultou na reestruturação dos espaços urbanos, trazendo inúmeras consequências. Onde tudo aconteceu rapidamente, houve um conjunto de problemas que se acentuaram e/ou multiplicaram-se. A realidade brasileira, por sua vez, reflete inúmeros impedimentos sociais nas cidades, fragilizando a vida e a dignidade humana, com uma assistência deficitária às populações mais necessitadas.

Os autores citados no trabalho demonstram a forma como a organização espacial urbana age e segrega a população de baixa renda, relegando-a aos espaços mais distantes e controlando os meios de produção através de seu poder econômico. Essa periferação de uma classe social inferior está apoiada no modelo econômico vigente, o qual valoriza apenas o papel de cada indivíduo no sistema, considerando sua importância a partir da renda que produz, negando à população o direito de acesso à cidade.

Assim, produz-se bairros marginais, distantes dos centros das cidades, das áreas melhor urbanizadas, empurrando os indivíduos para locais de difícil acesso, com baixa importância imobiliária e que não “atrapalhem” a estrutura urbana idealizada pelas classes mais altas. Nessa realidade, surgiu o Bairro José Alexandre Zacchia, por meio da instalação de um programa habitacional em 1982, retirando cerca de 1700 famílias de uma área de risco, às margens dos trilhos de trem, e enviando-as para uma área cerca de 8 km distante do centro da cidade.

A realidade dos moradores foi investigada em dois momentos (1999 e 2003), por isso, reconhecer como essa geração se sente, depois de quase 40 anos do início da ocupação, vivendo nesse espaço se mostrou relevante. Com a aplicação dos questionários aos estudantes do Ensino Médio da escola local, delinear-se algumas ideias e percebeu-se que, embora os anos tenham passado e a estrutura física tenha avançado e evoluído, a exclusão ainda é um sentimento presente nos moradores em relação à cidade de Passo Fundo. Isso se reflete nas respostas, quando apontam as deficiências, os pontos negativos, as necessidades não atendidas e as diferenças que existem entre o que há em outros bairros e que eles não têm acesso.

Ainda que existam deslocamentos diários dos moradores de diversos bairros em muitas direções, a falta de serviços básicos, como uma farmácia no Zacchia, denota a dificuldade básica enfrentada pelas pessoas que estão tão à margem do sistema



econômico e tão abandonados pelo poder público municipal que nem os serviços particulares sentem-se confortáveis para se instalar nesse espaço.

Nessa perspectiva, percebe-se que a distância geográfica representa menos que as distâncias sociais e econômicas às quais os habitantes são submetidos. Esquecidos, em muitos casos, pelos gestores, dependem de atividades pontuais de projetos de Instituições de Ensino Superior (IES) para sanar suas dificuldades ou de iniciativas civis para zelar pelo local.

Além disso, como destacado, mesmo com todos esses problemas, ainda há muita relação afetiva entre os moradores, pois elogiam a vizinhança, a índole das pessoas, a tranquilidade e a solidariedade presente naqueles que habitam o Bairro. Ressentem-se por serem vistos, pelos demais moradores da cidade, como um local de bandidos e pela violência e drogadição que aparecem mais nos noticiários que suas boas ações. Esses moradores querem ser vistos como cidadãos e ter direito à dignidade urbana.

Através da produção destas informações, foi possível compreender a necessidade de repensar a forma como o espaço urbano vem se constituindo. É preciso mudar as relações e a forma como o espaço se organiza para privilegiar as pessoas em detrimento ao caos de carros e edifícios inanimados. Deve-se, portanto, fazer da cidade um lugar mais saudável, político e inclusivo. Nas palavras de David Harvey (2013, p. 33): “se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.”

REFERÊNCIAS

BICHIR, Renata Mirandola. Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. (**Dissertação de Mestrado**).

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia, GO: Alternativa, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

FERNANDES, Edésio. “**Constructing the ‘Right to the City’ in Brazil**. Social & Legal Studies, v. 16, n. 2, 2007

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 27- 34.



HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Trad. Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE Cidades: Passo Fundo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>. Acesso em: 02 jul 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARCON, Telmo; *et al.* Educação e cultura popular desafios da escola de periferia. **Revista Espaço Pedagógico** – Faculdade de Educação - Passo Fundo UPF Editora - n.2 - v. 8 - p. 31-42 dez. 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial**: Alguns Conceitos e Análises. Coletâneas do nosso tempo, Rio Claro, v. 8, 2008, n° 8, p. 129 - 153.

PENNA, Nelba Azevedo. **Cidades Contemporâneas**: política urbana, acumulação capitalista e vulnerabilidade social. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: O futuro das cidades brasileiras na crise. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 261-289

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando a Geografia).

ROITMAN, Sonia. Barrios cerrados y segregación social urbana. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(118). [ISSN: 1138-9788]

ROMANINI, Anicoli. GELPI, Adriana. KALIL, Rosa Maria Locatelli. Exclusão Sócio-espacial e Articulação Comunitária. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano E Regional 21 a 25 de maio de 2007 Belém - Pará - Brasil. **Anais**. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anais/enanpur/issue/view/4>. Acesso em: 25 jun 2021.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade**: Uma trajetória conceitual. Novos Estudos. 2016. P. 93 – 109.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZUKIN, Sharon. “A Decade of the New Urban Sociology”. Theory and Society, n. 9, 1980.